



IX REUNIÃO DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

Malabo, 24 de maio de 2017

Realizou-se na cidade de Malabo, República da Guiné Equatorial, no dia 24 de maio de 2017, a IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Diretor interino da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional da República de Angola, Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor-Geral de Ensino, Recrutamento e Academias da República da Guiné Equatorial, General Vicente Mba Asumu Abeme, o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, Brigadeiro Cristóvão Artur Chume, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Maia Gonçalves.

A organização da reunião foi, entretanto, informada de que a República da Guiné-Bissau, por motivos imprevistos, não se faria representar nas reuniões.

Participou, como convidado, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Tenente-General Diogo de Carvalho. O secretariado da reunião ficou a cargo dos representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD).



Os trabalhos foram iniciados pelo Diretor Geral de Ensino, Recrutamento e Academias da República da Guiné Equatorial, General Vicente Mba Asumu Abeme, que deu as boas-vindas às delegações presentes e dirigiu um agradecimento especial aos elementos do SPAD no apoio prestado em termos de organização e secretariado desta reunião. Fez um breve enquadramento da perspetiva do seu país enquanto Estado Membro da CPLP, do seu enquadramento regional, quanto às ameaças que mais os preocupam, bem como à sua participação no Conselho de Segurança do Golfo da Guiné.

O General Vicente Mba Asumu Abeme submeteu a Agenda de Trabalhos para apreciação dos presentes, tendo a delegação de Cabo Verde e de Timor-Leste solicitado a inserção de dois pontos em Diversos. A agenda foi aprovada por consenso com essas introduções.

Ponto 1.a. - Questões internacionais e implicações político-militares no contexto regional para os países membros da CPLP

O General Vicente Mba Asumu Abeme deu a palavra aos seus homólogos, para que, caso considerassem adequado, se pronunciassem sobre o ambiente geoestratégico internacional e respetivas implicações político-militares no contexto regional para os Estados-membros da CPLP.

A delegação de Angola apresentou uma breve panorâmica sobre algumas questões preocupantes em termos de instabilidade mundial. Referiu-se aos focos de maior tensão como a Síria, a península da Coreia, as movimentações militares na Coreia do Sul, no mar do Sul da China e Japão; na Europa as questões entre a NATO e a Rússia face à Ucrânia, e lamentou o sucedido há 2 dois dias em Manchester, no Reino Unido. Referiu ainda as questões africanas, e os conflitos que se verificam na RCA, Sudão do Sul e Burundi. Quanto à RDC, os conflitos entre as milícias tribais e as forças de segurança provocaram um afluxo de cerca de 30 mil pessoas refugiadas para Angola, com potencial para afetar a estabilidade e segurança do país. Referiu por fim a realização das eleições a 23 de agosto de 2017, sendo o atual Ministro da Defesa candidato a Presidente da República.

A delegação do Brasil referiu-se às preocupações que afetam o seu país relativamente aos crimes transfronteiriços, nomeadamente à zona que inclui o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e Bolívia e mais a Norte, países como Perú e a Colômbia. Referiu o contributo do Brasil na Colômbia em técnicas de desminagem, ao encerramento da componente militar da missão da ONU no Haiti, reafirmando a disposição do Brasil em continuar contribuindo



para as missões de paz da ONU, bem como reafirmando os seus compromissos com os parceiros da CPLP.

Os Estados Membros presentes felicitaram a Guiné Equatorial pela organização da reunião, enquanto mais jovem membro da Comunidade, e afirmaram o seu apoio para os trabalhos que se seguem. Congratularam Timor-Leste pela prossecução dos trabalhos da Componente de Defesa da CPLP, remetendo para a reunião de MDN outras intervenções sobre as questões internacionais e implicações político-militares no contexto regional para a CPLP. A delegação de Timor-Leste destacou o documento relativo ao Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional do seu país que foi distribuído em sala.

Ponto 1.b - Documentos a aprovar na XVIII Reunião de MDN

Documentos (1)(2)(3)(4) da Agenda

Os DPDN apreciaram os documentos submetidos para aprovação, e previamente validados durante a 19ª reunião de CEMGFA da CPLP.

O Diretor do CAE da CPLP, Tenente-General Diogo de Carvalho, apresentou ao plenário uma síntese das Deliberações da VI Reunião do Conselho Consultivo do CAE (realizado em Maputo entre 22 e 23 fevereiro de 2017), do Relatório de atividades e Execução Orçamental de 2016, do Plano de reajustamento de atividades e orçamento para 2017, bem como do Plano de Atividades e orçamento para 2018.

Evidenciou algumas preocupações que afetam aquele órgão, nomeadamente, a dinamização dos Núcleos Nacionais (NN) e o seu funcionamento mais eficaz, a formação de quadros e os recursos financeiros. Aproveitou para agradecer o apoio de Portugal com a formação disponibilizada no Instituto de Defesa Nacional, ao Brasil, pelo empenho em apoiar o CAE e a Angola pela doação de material bibliográfico para a biblioteca do CAE. Congratulou-se também pela reativação dos NN de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Apelou à melhoria do sistema de informação entre o CAE e os NN, bem como à realização de Seminários Político Diplomáticos nos Estados-Membros.

Realçou expressamente o papel de Moçambique no apoio prestado ao acolhimento e funcionamento do CAE, não obstante a situação económica vivida pelo país, sugerindo a atribuição de menção honrosa. A delegação de Angola concordou com a proposta do CAE.

O Brigadeiro Chume, da delegação de Moçambique, confirmou a disponibilização do seu país em termos de recursos humanos para o CAE, mas considera deverem também outros



Estados Membros colaborarem, promovendo assim as atividades de investigação e pesquisa através dos NN. Também da parte da delegação de Portugal foi referida a disponibilidade para acolher novos elementos do CAE em formações em Portugal e reitera o compromisso de manter e dinamizar a atividade do NN de Portugal. Ambas as delegações concordaram que o CAE só funciona se alimentado pelos NN.

O Tenente-General Diogo Carvalho apelou a que as conclusões vertidas e as atribuições expressas na ata da 19ª reunião de CEMGFA realizada em Lisboa, fossem destacadas nesta reunião. Com efeito, foi referida a importância do CAE para a compreensão da situação político-militar no contexto regional e global, podendo, enquanto polo agregador da informação veiculada pelos vários NN, apresentar nos fóruns de CEMGFA da CPLP uma análise político-militar global, obtendo uma melhor compreensão das preocupações dos Estados Membros, para a análise das ameaças e riscos comuns, identificando problemas e respostas igualmente comuns.

5) A representação do SPAD apresentou sucintamente as conclusões da 4ª reunião do Fórum de Saúde Militar que se realizou em Lisboa no passado dia 6 de março de 2017. Esta reunião contou com a presença de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Destacou-se a apreciação do texto do Regimento Interno do FSM, a Estratégia para a Saúde Militar da CPLP e a integração das propostas de formação apresentadas por Angola e Brasil (no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar).

Realce ainda para uma apresentação do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos de Portugal no âmbito da purificação e controlo da qualidade da água - “Água para Todos” e dos “Medicamentos Essenciais”. De atentar também no compromisso por todos aceite no sentido da promoção e divulgação de estratégias de redução do alcoolismo e toxicodependência nas Forças Armadas.

Os DPDN apreciaram favoravelmente os documentos apresentados e recomendam a sua aprovação em sede de Reunião de MDN.

A delegação de Moçambique lamentou a impossibilidade em acolher, como estava prevista, a realização do Encontro de Saúde Militar da CPLP em Outubro de 2017. Os Estados Membros irão verificar a possibilidade de acolher, ainda este ano, esse Encontro e comunicarão ao SPAD no prazo de 30 dias.



Ponto 1.c. - Colégio de Defesa da CPLP

A delegação de Portugal apresentou sucintamente este ponto, na sequência do desafio lançado na reunião de MDN/CPLP em 2015. Na reunião de MDN de 19MAI2016 (Díli, Timor-Leste) foram aprovados os Termos de Referência, tendo sido decidido o seu desenvolvimento no sentido da elaboração de proposta mais aprofundada para a implementação do Colégio.

As delegações moçambicana e portuguesa elaboraram uma proposta de Regulamento do Colégio, o qual, após comentários dos Estados Membros, foi analisado na 31ª reunião do SPAD, e validado igualmente pelos CEMGFA, na reunião no passado mês de abril de 2017.

Após debate, os DPDN acordaram que, considerando as diferentes regras ortográficas em vigor em cada Estado Membro, o texto do Regulamento do Colégio de Defesa da CPLP é validado, com as alterações propostas no artigo 12º (retirada da expressão *educação* nos pontos 2 e 3), para aprovação na reunião de Ministros da Defesa, reservando, contudo, cada Estado Membro o direito de o redigir de acordo com as suas regras ortográficas.

Os Estados Membros divulgarão via SPAD a sua disponibilidade para acolher a 1ª edição do Colégio de Defesa da CPLP em 2018.

Ponto 1.d. - Resposta Multilateral da CPLP a catástrofes

A apresentação foi feita pela delegação do Brasil que fez um breve enquadramento da questão. Com origem na 17ª reunião de CEMGFA (Luanda, 6/8 maio 2015) foi sugerida a reflexão relativa à criação, ao nível político, de mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes naturais ocorridas nos Estados Membros, para que o apoio em caso de necessidade não ficasse apenas dependente de iniciativas bilaterais.

Na XVII reunião de MDN/CPLP (Timor-Leste, 19MAI2016) foi aprovada a Declaração Ministerial que serviu de base a um documento que estabeleça os princípios gerais e os mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes e desastres naturais. Esta atribuiu mandato aos DPDN/CPLP para coordenarem o processo de elaboração desse documento, a ser encaminhado para apreciação pelos restantes órgãos da Componente de Defesa.

Com a proposta em apreciação, e já validada na reunião de CEMGFA (abril 2017), pretende-se iniciar a operacionalização do mecanismo, seguindo-se, nomeadamente,



elenco das capacidades de cada Estado Membro e aquelas que podem ser disponibilizadas em caso de necessidade.

Os DPDN remeteram por consenso o documento para aprovação pelos Ministros da Defesa.

Ponto 1.e. - Proposta de Revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

A delegação de Portugal apresentou este ponto informativo, no sentido do acordo obtido entre os Estados Membros na reunião do SPAD (março 2017) de só se avançar para a revisão do Protocolo de 2006 após a sua entrada em vigor formal, nos termos estabelecidos no artigo 15º do Protocolo de 2006.

A delegação de Cabo Verde informou ter já sido entregue a carta de ratificação no Secretariado Executivo da CPLP, para depósito.

Também Timor-Leste informou encontrar-se em condições para efetivar o depósito no Secretariado Executivo. Angola informou que o processo está em curso, prevendo-se para breve a sua conclusão.

Por fim a delegação da Guiné Equatorial apelou aos Estados Membros em falta para que concluam os procedimentos internos de adesão ao Protocolo, comprometendo-se igualmente a avaliar e acompanhar o processo de incorporação do acervo da CPLP, com especial atenção para o Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa.

Ponto 1.f. - Exercício “Felino”

Os DPDN tomaram boa nota das conclusões do Exercício Felino 2016 em Cabo Verde, na modalidade de Exercício na Carta, após a breve informação apresentada pela delegação de Cabo Verde, registando com muito agrado a dedicação e empenho de todos os envolvidos no Exercício, bem como as sugestões e aspetos a melhorar que foram evidenciados.

Tomaram igualmente nota do planeamento do Exercício Felino 2017 que decorrerá no Brasil, na modalidade de Forças no Terreno, na sequência da clarificação apresentada pela delegação do Brasil, evidenciando o cenário realista especialmente na parte relativa à ajuda humanitária internacional.



Foi ainda registada a calendarização dos próximos Exercícios Felino até 2021, já validada na última reunião de CEMGFA e cujo texto se transcreve:

“Procedeu-se à confirmação da realização do Exercícios nos anos subsequentes:

São Tomé e Príncipe confirmou a disponibilidade para acolher a realização em 2018 no formato Exercício na Carta e Angola confirmou disponibilidade para acolher a realização em 2019 no formato Forças no Terreno. Em 2020 será realizado na Guiné-Bissau no formato de Exercício na Carta e em 2021 em Portugal no formato Forças no Terreno.

De referir ainda que o Diretor do CAE sugeriu a necessidade deste organismo ser convidado a estar presente nos exercícios Felino e assim consolidar a sua prestação na componente de Defesa, tendo o Plenário decidido remeter a questão para a consideração dos CEMGFA.

Ponto 1.g. - Data/local da próxima reunião de MDN

Considerando que a próxima reunião de Ministros da Defesa se deverá realizar em meados do mês de maio de 2018, e que se pretenderá retornar à ordem alfabética habitualmente seguida, foi colocada a questão à delegação de Angola, tendo este Estado Membro referido que de momento não está em condições de confirmar a disponibilidade para acolher a realização da reunião.

Face à impossibilidade de resposta neste momento, os Estados Membros concordaram ainda haver tempo para consultas internas nas respetivas capitais, ficando a questão por confirmar até ao final do corrente ano, com o apoio e coordenação do SPAD.

Ponto 2. - Diversos

A delegação de Cabo Verde comunicou da sua disponibilidade para acolher o Centro de Multinacional de Coordenação Marítima da zona G, manifestado durante o encontro do G7 ++ Amigos do Golfo da Guiné, na Cidade da Praia, a 2 de Dezembro de 2016.

O Diretor de Política de Defesa de Portugal aproveitou para convidar os seus homólogos para uma reunião extraordinária de DPDN em Lisboa entre setembro/outubro de 2017 que



permitirá prosseguir a avaliação do futuro da Componente de Defesa da CPLP e outros assuntos que venham a ser propostos pelos Estados Membros.

Concluída a discussão de todos os pontos da agenda, e depois de agradecer as presenças dos delegados, o Diretor Geral de Ensino, Recrutamento e Academias da República da Guiné Equatorial, deu por finda a IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Malabo, 24 de maio de 2017

O Diretor interino da Direção Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa
Nacional da República de Angola

Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do
Brasil

Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva

O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde

Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes



O Diretor Geral de Ensino, Recrutamento e Academias do Ministério da Defesa da
Guiné Equatorial

General Vicente Mba Asumu Abeme

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República
de Moçambique

Brigadeiro Cristóvão Artur Chume

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa

Dr. Nuno Pinheiro Torres

O Diretor de Política de Defesa do Ministério da Defesa e Administração Interna da
República de São Tomé e Príncipe

Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da
Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Martinho Maia Gonçalves